



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 20 de Abril de 2023
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XVII

Nº 2570



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1946, DE 18 DE ABRIL DE 2023.



"Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	25 - Secretaria Municipal de Educação
Subunidade	02 - Fundeb - Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação
Função	12 - Educação
Subfunção	365 - Educação Infantil
Programa	4010 - Educação Básica com Qualidade Para Todos
Projeto/Atividades	2.215 - Gestão das Ações de Professor, Suporte Pedagógico e Ensino Infantil
Elemento	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil
	Fonte Recursos: 2540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos CO - 1070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício
	Valor: R\$ 500.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizada como fonte de recurso o *superávit* financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação conforme especificado abaixo:

I - Fonte Recursos 2540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos CO - 1070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício;

II - Total Geral: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 18 de abril de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1947, DE 18 DE ABRIL DE 2023.



"Autoriza o Município de Monte Carmelo a celebrar convênio com a Sociedade de Ensino Superior Estácio Ribeirão Preto Ltda para a concessão de estágio obrigatório."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar convênio para a concessão de estágio supervisionado obrigatório aos alunos regularmente matriculados nos cursos da Sociedade de Ensino Superior Estácio Ribeirão Preto Ltda, pessoa jurídica de direito

privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.195.358/0001-66, situada na Rua Abraão Issa Halack, nº 980, Ribeirania, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.096-160, com polo de apoio presencial nesta cidade conforme contrato de prestação de serviço com o Centro de Educação Profissional Alpha Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 06.823.244/0001-50, situado na Travessa Jorge Fernandes, nº 64, Centro, Monte Carmelo/MG, CEP: 38.500-000.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, considera-se estágio obrigatório aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

Art. 2º O estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

- I - matrícula e frequência regular do educando em curso de ensino superior, devidamente atestadas pela instituição de ensino;
- II - celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Art. 3º A jornada de atividade em estágio deverá ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 1º A duração do estágio não poderá exceder 02 (dois) anos, exceto quando o estagiário for pessoa com deficiência.

§ 2º É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares.

Art. 4º O pagamento do seguro contra acidentes pessoais e de trabalho em favor do aluno-estagiário é de exclusiva responsabilidade da instituição de ensino conveniada.

Parágrafo único. A apólice do seguro deverá ser compatível com os valores de mercado conforme fique estabelecido no termo de compromisso.

Art. 5º A celebração do convênio de que trata esta Lei ficará condicionada à apresentação dos seguintes documentos:

- I - comprovante atualizado de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- II - Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- III - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
- IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- V - Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- VI - Certidão Negativa de Débitos dos Tributos Estaduais;
- VII - cópia do contrato social contendo eventuais alterações;
- VIII - documento comprobatório de que se trata de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação ou Secretaria de Educação, conforme o caso;
- IX - comprovação de funcionamento no endereço declarado mediante a apresentação de alvará;
- X - plano de atividades.

Parágrafo único. O plano de atividades será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 6º São obrigações da instituição de ensino em relação aos estágios de seus educandos:

- I - celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- II - avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- III - indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV - exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
V - zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
VI - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
VII - comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Art. 7º Constituem obrigações do Município:

I - celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;
II - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
III - indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente, mediante autorização do supervisor de estágio;
IV - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
V - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
VI - enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 18 de abril de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
 Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
 Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
 DE MONTE CARMELO**
 ESTADO DE MINAS GERAIS



INSTAURAÇÃO DA REURB

PROCEDIMENTO Nº03/2022

Trata-se de requerimento formulado pelos moradores, devidamente qualificado, postulando a instauração formal da regularização fundiária por interesse social (Reurb-S) e com o requerimento vieram documentos referentes ao Bairro Morada do Sol, localizado no Município de Monte Carmelo/MG.

Em razão do pedido, determino a abertura do procedimento administrativo, para que o Departamento de REURB tome as providências que lhe compete no âmbito da REURB – S requerida e da legislação vigente.

Publique-se no meio oficial.

Dê-se ciência ao legitimado.

Monte Carmelo – MG, 14 de Setembro de 2022

Paulo Rodrigues Rocha
 Prefeito Municipal de Monte Carmelo - MG

JUSTIFICATIVA DISPENSA PRF

PROCEDIMENTO Nº03/2022

Trata-se de requerimentos formulados pelos Moradores do Bairro Morada do Sol, devidamente qualificados, postulando a instauração formal da regularização fundiária por interesse social (Reurb-S) para o Bairro Morada do Sol, nos termos da Lei Federal nº 13.465/17 e do Decreto nº 9.310/18.

Ocorre que, o local objeto da Reurb requerido pelos legitimados qual seja, Bairro Morada do Sol, encontra-se devidamente registrado quanto ao parcelamento do solo, apenas inexistindo a averbação da construção e a titulação dos beneficiários reais.

Verificou-se ainda que, o Bairro Morada do Sol é dotado de infraestrutura essencial exigida pelo art. 31, §1º, do Decreto nº 9.310/18, e não se apresenta necessidade de intervenções a serem executadas, sendo dispensado a apresentação do cronograma

físico e do termo de compromisso, nos termos do art. 30, §1º, do Decreto nº 9.310/18.

Por todo o exposto, em especial, pelo fato do loteamento estar regularmente registrado no que tange ao parcelamento do solo, resta dispensada a elaboração dos referidos documentos que integrariam o Projeto de Regularização Fundiária, conforme dispõe o art. 21, §2º, inciso II e art. 38, parágrafo único, ambos do Decreto nº 9.310/18.

Monte Carmelo - MG, 11 de Outubro de 2022.

Bolimar Luciano de Oliveira
 Analista de Planejamento Regularização Fundiária

Laura Porto Pinto
 Fiscal Imobiliário

Andréa Leocádio Batista
 Técnica Administrativa

CONCLUSÃO DA REURB

PROCEDIMENTO Nº03/2022

Trata-se de requerimentos formulados pelos legitimados, devidamente qualificados, postulando a instauração formal da regularização fundiária por interesse social (Reurb-S) do Bairro Morada do Sol, localizado no Município de Monte Carmelo e com os requerimentos vieram os documentos.

O procedimento não possui efeitos e nulidades, razão pela qual se passa ao pronunciamento do processamento administrativo da REURB.

Não há necessidade de realizar notificações, já que o núcleo encontra-se devidamente parcelado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Esclareço que, o local objeto da REURB requerida pelos legitimados qual seja, Bairro Morada do Sol, encontra-se devidamente registrado quanto ao parcelamento do solo, apenas inexistindo a averbação da construção e a titulação dos beneficiários e, que, por estes motivos faz-se dispensado a elaboração do Projeto de Regularização Fundiária, conforme dispõe o art. 21, §2º, inciso II, do Decreto nº 9.310/18.

Insta informar também que, durante a tramitação do procedimento, verificou-se que o Bairro Morada do Sol supramencionado é dotado de infraestrutura essencial exigida pelo art. 13, §1º, do Decreto nº 9.310/18, fatos estes que corroboram com a dispensa do Projeto de Regularização Fundiária e ratificam a desnecessidade de intervenções serem executadas.

Além do mais, dispensa-se o estudo técnico ambiental pois as unidades habitacionais não se encontram localizadas em área de preservação permanente, nas unidades de conservação de uso sustentável ou nas áreas de proteção de mananciais, conforme art. 4º, §4º, do Decreto nº 9.310/18.

Salienta-se que os legitimados estão tentando a titulação destes imóveis há muitos anos, sendo que tal pleito mostra-se infrutífero pelo fato de ter sido realizado pelo Cartório de Registro de Imóveis de Monte Carmelo a transferência da titularidade do imóvel objeto do parcelamento em questão de matrícula número 24.975, em 27 de Fevereiro de 2003 para a Associação Dos Moradores do Bairro Alto da Vila Nova Dois.

Ocorre que a referida Associação dos Moradores do Bairro Alto da Vila Nova Dois encontra-se desativada e inativa, inclusive com o CNPJ: 22.236.350/0001-94 baixado junto aos órgãos competentes.

Quanto aos legitimados estes estão devidamente qualificados às folhas ___/___ devidamente vinculados à sua unidade imobiliária e ao seu respectivo direito real.

Diante do exposto, declaramos concluído o procedimento de Regularização Fundiária de Interesse Social – Reurb-S, nos termos do art. 40, da Lei 13.465/17 e art. 37, do Decreto 9.310/18.

Expeça-se a Certidão de Regularização Fundiária e o título de legitimação fundiária apresentando-os, mediante requerimento, ao Cartório de Registro de Imóveis.

Publique-se, nos termos do art. 21, V, do Decreto nº 9.310/18 e art. 31, V, da Lei nº 13.465/17.

Monte Carmelo - MG, 13 de Outubro de 2022.

Bolimar Luciano de Oliveira
 Analista de Planejamento Regularização Fundiária

Laura Porto Pinto
 Fiscal Imobiliário

Andréa Leocádio Batista
 Técnica Administrativa

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Eu, Paulo Rodrigues Rocha, Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício do mandato e na forma da lei e nos termos dos artigos 30 e 41 da Lei nº 13.465/17 e art. 38 do Decreto nº 9.310/18. **CERTIFICO**, para os devidos fins de registro imobiliário, que tramitou perante o Departamento de Regularização Fundiária deste Município o Procedimento Administrativo nº 03/2022 oriundo dos requerimentos apresentados pelos legitimados do Bairro Morada do Sol e que foi finalizado por decisão publicada em 16 de setembro de 2022, informando os seguintes requisitos existentes no referido procedimento:

1. Nome do núcleo urbano regularizado: **Bairro Morada do Sol**
2. Localização: **CIDADE Monte Carmelo/MG**
3. Modalidade da regularização: **REURB-S**
4. O Bairro Morada do Sol encontra-se devidamente registrado no cartório de registro de imóveis.
5. A presente Regularização Fundiária foi instaurada para titulação final dos beneficiários de núcleos urbanos informais já registrados junto ao cartório de registro de imóveis, o que dispensa a apresentação do projeto de regularização fundiária aprovado, nos termos do art. 21, §2º, inciso II, do Decreto nº 9.310/18.
6. Dispensa-se o estudo técnico ambiental pois as unidades habitacionais não se encontram localizadas em área de preservação permanente, nas unidades de conservação de uso sustentável ou nas áreas de proteção de mananciais, conforme art. 4º, §4º, do Decreto nº 9.310/18.
7. Não houve necessidade de realização de notificações, por se tratar de núcleo devidamente registrado com matrículas individualizadas para cada lote e, portanto, não possuindo nenhum tipo de controvérsias, atualmente.
8. A presente certidão é dotada de 02 laudas e segue numerada, rubricada e anexada aos documentos relacionados abaixo, todos caracterizando uma única unidade documental:
 - a) Título de Legitimação Fundiária;
 - b) Listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado devidamente qualificados, indicando os direitos reais conferidos;
- c) Cópia da decisão administrativa que justifica a dispensa do P.R.F;
- d) Relação de matrículas, indicando unidades imobiliárias.

Nesta cidade de Monte Carmelo, aos 21 de outubro de 2022.

Paulo Rodrigues Rocha

Prefeito Municipal


**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO: Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel que entre si celebram o Município de Monte Carmelo/MG (CEDENTE), inscrito no CNPJ sob o nº 18.593.103/0001-78, e o Consórcio Intermunicipal – Região Integrada de Desenvolvimento Sustentável – RIDES (CESSIONÁRIO), inscrito no CNPJ sob nº 19.746.706/0001-25. **Objeto:** a cessão de uso gratuita e precária de bem móvel pertencente ao CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO. O CEDENTE disponibilizará ao CESSIONÁRIO 01 (uma) Unidade Móvel para Controle de Zoonoses Tipo 1, patrimônio nº 30278. **Finalidade:** A cessão tem por finalidade promover o controle populacional e o controle de zoonoses de cães e gatos nos municípios integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento Sustentável – RIDES, quais sejam, Abadia dos Dourados, Cascalho Rico, Coromandel, Douradoquara, Estrela do Sul, Grupiara, Indianópolis, Iraí de Minas, Monte Carmelo e Romaria. **Vigência:** tempo indeterminado, a partir da data de sua assinatura. **Data de assinatura:** 31 de março de 2023.


**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO: Termo de Convênio nº 20/2023 que entre si celebram o Município de Monte Carmelo, com a intervenção da Secretaria Municipal de Educação, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Monte Carmelo, com fundamento na Lei Municipal nº 1943/2023 e na Lei Federal nº 14.113/2020. **Objeto:** repasse de recursos provenientes do Fundo de

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, para atendimento dos alunos da educação especial, com fundamento na Lei Municipal nº 1943/2023 e na Lei Federal nº 14.113/2020. **Valor global:** R\$ 312.507,60 (trezentos e doze mil, quinhentos e sete reais e sessenta centavos). **Valor mensal:** R\$ 26.042,30 (vinte e seis mil, quarenta e três reais e trinta centavos), conforme o cronograma do FUNDEB. **Vigência:** 04 de abril de 2023 a 31 de dezembro de 2023. **Data de assinatura:** 04 de abril de 2023.


**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 28/2023 NA FORMA: PRESENCIAL. A Secretaria Municipal de Fazenda, torna público que fará realizar no dia 04 de maio de 2023, às 09:00 horas no setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel, nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, o Pregão Presencial SRP nº 28/2023, tipo: menor preço por item. **Objeto:** Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de Café, para Atender Diversos Setores da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG. Com Cota de Itens para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 17 de abril de 2023. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.


**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 29/2023 NA FORMA: ELETRÔNICA. A Secretaria Municipal de Fazenda, torna público que fará realizar no dia 04 de maio de 2023, às 14:00 horas o Pregão SRP nº 29/2023 – Modo de Disputa Aberto na Forma Eletrônica, tipo menor preço por item. **Objeto:** Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Lubrificantes e fluidos, destinados à manutenção da Frota de Veículos e Máquinas da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG. Licitação Regionalizada para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Entrega das Propostas: a partir de 20/04/2023 no site www.licitanet.com.br. Abertura da Sessão do Pregão Eletrônico: 04/05/2023 a partir das 14h20min no site www.licitanet.com.br. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.montecarmelo.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 17 de abril de 2023. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.


**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. EXTRATO DE CREDENCIAMENTO - CREDENCIAMENTO – Nº 03/2023, PROCESSO 40/2023. Objeto: Refere-se à Processo de Seleção e Credenciamento de Empresas Especializadas, para Prestação de Serviços de Exames de Ultrassonografia com base na tabela de preços do SUS, solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, para Atender as Necessidades do Município de Monte Carmelo - MG. **Vigência:** Até 31/12/2023. **Partes:** Município de Monte Carmelo-MG. E: **Empresa Credenciada em 13/04/2023:** Clínica Médica Carmelitana Ltda – ME, CNPJ: 14.012.531/0001-09. Itens: 01 ao 14. Contrato nº 93/2023. Habilitação: 13/04/2023. Ratificação: 17/04/2023. Data do Contrato: 17/04/2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.


**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO Nº 24/2023 – PROCESSO Nº 47/2023. Objeto: Refere-se à Registro de Preços para a Eventual Aquisição Estadual de

Materiais Hospitalares e Medicamentos, conforme adesão a Ata de Registro de Preços 247/2022, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, através do Sistema de Gerenciamento da Assistência Farmacêutica - SIGAF. **Vigência:** 19/12/2023. **Partes:** Município de Monte Carmelo MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. Empresas: a) Acacia Comércio de Medicamentos Ltda, CNPJ: 03.945.035/0001-91; Valor: R\$ 6.432,06. b) Biohosp Produtos Hospitalares S/A, CNPJ: 18.269.125/0001-87; Valor: R\$ 2.459,10. c) CIMED Indústria de Medicamentos, CNPJ: 02.814.497/0007-00; Valor: R\$ 1.170,00. d) Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda, CNPJ: 67.729.178/0002-20; Valor: R\$ 4.118,05. e) Costa Camargo Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ: 36.325.157/0002-15; Valor: R\$ 1.726,14. f) Global Hospitalar Importação e Comércio Ltda, CNPJ: 12.047.164/0001-53; Valor: R\$ 494,70. g) Injex Industrias Cirurgicas Ltda, CNPJ: 59.309.302/0001-99; Valor: R\$ 1.140,00. h) Med Center Comercial Ltda, CNPJ: 00.874.929/0001-40; Valor: R\$ 490,06. i) Multifarma Comercial Ltda, CNPJ: 21.681.325/0001-57; Valor: R\$ 6.032,40. j) Prati Donaduzzi Cia Ltda, CNPJ: 73.856.593/0010-57. Valor: R\$ 8.113,90. l) SAMEH – Soluções Hospitalares Ltda, CNPJ: 25.031.668/0001-27; Valor: R\$ 291,39. m) Soma/MG Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ: 12.927.876/0001-67; Valor: R\$ 2.385,00. n) União Química Farmacêutica Nacional S.A, CNPJ: 60.665.981/0009-75; Valor: R\$ 1.408,53. Valor Total: R\$ 36.261,33. Ana Paula Pereira-Secretária Municipal de Fazenda. Monte Carmelo, 19 de abril de 2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. EXTRATO DE TERMO ADITIVO. Inexigibilidade 01/2022. 2º T.A Ctt 02/2022 – Contratada: Ladir & Franco Advogados, CNPJ: 09.084.879/0001-71. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços profissionais técnico-especializados na defesa do Município de MONTE CARMELO - MG nos processos judiciais em tramitação, ou que venham a tramitar no Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Justiça Federal, instância recursal e originária, bem como o acompanhamento de processos administrativos junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no exercício constitucional do controle interno, e ainda, assessoria e consultoria técnico-especializada em Direito Público Municipal, mediante solicitação de parecer jurídico sobre matéria singular de alta complexidade, bem como a elaboração de atos normativos pertinentes a tal matéria, consoante necessidade do Município, conforme art. 26, inciso II da Lei 8666/93. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo o reajuste do valor mensal do Contrato 02/2022, concedendo o reequilíbrio de 4,65% conforme IPCA. O valor mensal passa a ser de R\$ 28.778,75. **CONTRATANTE:** Município de Monte Carmelo MG CNPJ: 18.593.103/0001-78. Data: 11/04/2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. EXTRATO DE TERMO ADITIVO.T.P 08/2022. 1º T.A ao Contrato: 210/2022. CONTRATANTE: Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Contratada:** Grada Construtora Ltda, CNPJ: 09.249.389/0001-88. **Objeto:** Refere-se à Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia, para Construção de Ponte em Concreto Pré-moldado na Travessia do Bairro Campestre, na Cidade de Monte Carmelo – MG, em atendimento à Solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo do Contrato 210/2022 de 17/04/2023 até 17/04/2024. Monte Carmelo, 14 de abril de 2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 228](#)

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br